

ANÁLISE DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NOS LOTEAMENTOS POPULARES DIOCLÉCIO ARTUZI I E II

IRABI, Matheus Martins de Araujo¹ (matheusmirabi@gmail.com); **VIEIRA, Alexandre Bergamin²** (alexandrevieira@ufgd.edu.br).

¹ Discente do curso de Geografia pela UFGD – Dourados, MS

² Docente do curso de Geografia pela UFGD – Dourados, MS

Dourados é caracterizada como cidade média, por conta da relação mantida com sua hinterlândia, principalmente no que se refere a prestação de serviços especializados em saúde, educação e agrícola. Porém, assim como nas demais cidades médias, acaba por manter e reproduzir uma desigualdade socioespacial perversa, pois o acesso aos seus serviços é selecionado pela lógica do mercado, apresentando assim, uma discrepância entre as pessoas que utilizam de toda a infraestrutura da cidade para com aquelas que têm o direito à cidade negado, banalizando, toda a lógica de distribuição geográfica das pessoas de acordo com as classes sociais às quais pertencem. Logo, temos como objetivo neste resumo analisar e identificar, a partir de leituras e com dados coletados em fonte primária, aplicando um questionário com os moradores, as desigualdades socioespaciais contidas nos loteamentos populares Dioclécio Artuzi I e II, implementados a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado em maio de 2009, com a proposta de construção de unidades habitacionais, em parceria com o setor da construção civil, na tentativa de equacionar o chamado “déficit habitacional” brasileiro, concentrado, principalmente, na classe sociais mais vulnerável. Dessa forma, nos propomos a expor os resultados obtidos através da aplicação de um questionário com os moradores desses dois loteamentos, que revelou profundas deficiências do programa em relação à estrutura física das casas e dos loteamentos, como por exemplo, 56% dos moradores dos loteamentos possuem uma família com mais de 4 pessoas, dificultando a acomodação dessas nas casas que possuem tamanho único de 48 m², fazendo com que 43% dos moradores se sintam insatisfeitos com o tamanho de suas casas; 22% das famílias entrevistadas possuem um membro de sua casa com alguma necessidade especial e, complementando, 100% dos entrevistados afirmaram que não são atendidos por agentes de saúde da família e 100% acham ruim ou péssimo o atendimento no posto de saúde; quase 70% dos moradores entrevistados dizem utilizar o transporte público, desses cerca de 69% consideram insatisfatório os horários disponibilizados nos dias de semana pela empresa de transporte e a taxa de insatisfação cresce para 95% quando perguntado sobre os horários nos finais de semana e feriados; no que se diz respeito ao acesso a educação, a região não possui instituição de ensino médio e 80% de jovens com até 18 anos não vão mais a escola; aponta-se ainda inexistência de qualquer área de lazer, escola, creche ou posto de saúde nos loteamentos, revelando assim traços em comum com outros empreendimentos do PMCMV pelas cidades do Brasil principalmente pela padronização das casas, a busca por terrenos em áreas afastadas e periféricas e a falta de equipamentos urbanos eficientes para suprir as necessidades da população, reforçando a (re)produção de um espaço urbano desigual e excludente.

Palavra-chave: Sesigualdades; políticas públicas; loteamento popular; socioespaciais.

Agradecimentos: Ao programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC), em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados, núcleo da Faculdade de Ciências Humanas, curso de Geografia.